



## **O Repórter Infiltrado: Algumas Questões Éticas e Epistemológicas para a Prática do Jornalismo<sup>1</sup>**

Sylvia Moretzsohn  
Universidade Federal Fluminense

### **Resumo**

Este artigo pretende oferecer argumentos capazes de desfazer os mitos que envolvem a figura do repórter infiltrado, buscando identificar as origens e a lógica da legitimação dessa prática, com o objetivo de alertar para a urgência do debate em torno da definição de limites para o jornalismo. Procura articular essa questão ética a uma abordagem de cunho epistemológico, indagando sobre o tipo de conhecimento que pode ser produzido pelo repórter que se disfarça para “viver” uma determinada situação, apostando na sua sensibilidade e desprezando o trabalho realizado em outros campos do conhecimento. Com isto, pretende contribuir para a prática de um jornalismo mais qualificado e, portanto, mais crítico e coerente com o seu propósito de esclarecer o público.

**Palavras-chave:** repórter infiltrado; ética jornalística; epistemologia do jornalismo; jornalismo investigativo.

### **Corpo do trabalho**

O caso do seqüestro e tortura de uma equipe do jornal carioca *O Dia*, que supunha trabalhar sigilosamente numa reportagem sobre o cotidiano de uma favela dominada por uma milícia, num subúrbio do Rio de Janeiro, trouxe à tona mais uma vez a necessidade, sempre urgente e sempre adiada, de se discutir a sério os limites e procedimentos adequados para a prática jornalística. Trata-se de um debate difícil, não apenas pela dificuldade do próprio tema, mas porque nessas ocasiões há uma tendência à reação emocional e intempestiva, voltada imediatamente pela justa condenação da violência e também, subsidiariamente – porém com menos ênfase do que o desejável –, para o questionamento das responsabilidades da empresa jornalística no risco a que expõe – ou permite que se exponham – seus repórteres, e para as medidas de segurança a serem tomadas em reportagens desse tipo. Questões éticas raramente são levantadas, especialmente quando se trata de pautas envolvendo o “combate ao crime”, particularmente o crime violento: é como se partíssemos do princípio de que qualquer meio é lícito para denunciar o ilícito, o que reitera alguns mitos que povoam o imaginário do público e dos próprios jornalistas sobre o papel da imprensa – o de “voz

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao NP Jornalismo do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.



dos que não têm voz”, incansável e inabalável na defesa das boas causas, sempre alerta a serviço da sociedade. Conseqüentemente, o estabelecimento de qualquer limite à atividade jornalística seria uma inaceitável e odiosa restrição à liberdade de informação, cuja principal vítima seria o próprio público.

Este artigo pretende oferecer argumentos consistentes para desfazer esses mitos, buscando identificar as origens e a lógica da legitimação do repórter infiltrado, com o objetivo de alertar para a urgência do debate em torno da definição de limites para o jornalismo, especialmente importante nesses tempos de banalização da tecnologia digital. Porém, procura articular essa questão eminentemente ética a uma abordagem de cunho epistemológico: se o jornalismo é uma forma de conhecimento, que tipo de conhecimento produz o repórter que se disfarça para “viver” uma determinada situação, apostando na sua sensibilidade e desprezando o trabalho realizado em outros campos do conhecimento? Não se trata, é claro, de sugerir que o jornalismo seria uma forma de conhecimento inferior, comparativamente às ciências sociais, mas de questionar certos procedimentos que, acenando com a promessa de informação verdadeira e “transparente”, acabam resultando em mistificação. Ao mesmo tempo, explorar as relações entre esses distintos campos talvez ajude a indicar um caminho para um jornalismo mais qualificado e, portanto, mais crítico e coerente com o seu propósito de esclarecer o público.

### **Uma história que se repete**

No início de maio de 2008, uma equipe do jornal *O Dia* se instalou anonimamente na favela do Batan, em Realengo, alugando uma casa e procurando viver como os demais moradores, para revelar “por dentro” como era o cotidiano de uma comunidade submetida ao poder de uma milícia. Duas semanas depois, no dia 14 daquele mês, a repórter, o repórter fotográfico e o motorista foram capturados, torturados e ameaçados de morte pelos milicianos. Finalmente soltos, tiveram de se resguardar, e o caso só foi divulgado em 1º de junho, quando o jornal estampa a denúncia de TORTURA em letras brancas e maiúsculas sobre fundo preto, num texto que ocupa verticalmente quase toda a capa.

O episódio ganhou repercussão internacional, provocando protestos de organizações como os Repórteres Sem Fronteiras e o Comitê para a Proteção dos Jornalistas, além das entidades representativas da categoria no país<sup>2</sup>. O Observatório da Imprensa e a

---

<sup>2</sup> Os documentos dessas entidades estão disponíveis em [www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br), seção “Caderno da Cidadania”, 3 de junho de 2008.



Ordem dos Advogados do Brasil promoveram debates que oscilaram entre, de um lado, o repúdio à violência e o enaltecimento do papel da imprensa na denúncia das atividades criminosas e, de outro, o questionamento quanto às responsabilidades da empresa jornalística em relação à segurança de seus funcionários<sup>3</sup>. A indignação abafou a discussão de fundo, sobre os limites a serem observados pelos jornalistas no exercício da profissão.

O mesmo ocorreu no caso Tim Lopes, que aliás completava seis anos<sup>4</sup> e se tornou um marco na imprensa brasileira, a ponto de motivar a fundação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. Uma das raras vozes críticas à época, o jornalista Fritz Utzeri escreveu no *Jornal do Brasil* de 5/6/2002 um artigo intitulado justamente “Os limites do jornalismo” num momento em que, pelo menos em tese, ainda se cultivava a esperança de que o repórter não tivesse sido assassinado:

Morrem anualmente dezenas de coleguinhas em guerras, revoluções e acidentes. Faz parte do risco da profissão, mas daí a transformar cada um de nós numa cópia de 007 vai uma distância enorme. Nós somos testemunhas, não temos licença para matar e nossa atividade só pode ser exercida dentro da ética e da legalidade. Essa noção de que jornalista é jornalista é a única proteção que temos ao entrar em zonas de conflito para sairmos vivos e contar a nossa história. Se nos confundirmos com espíões ou policiais com eles seremos confundidos, e nesse caso é melhor mudar logo de profissão. (UTZERI, 2002)

Robert Fisk, veterano correspondente do jornal inglês *The Independent*, disse algo parecido ao comentar o assassinato do jornalista americano Daniel Pearl, seqüestrado no Paquistão em janeiro de 2002 e degolado dois meses depois por um grupo muçulmanos que o considerava um espião:

Há 25 anos sou testemunha da lenta, dolorosa e perigosa erosão do respeito ao nosso trabalho. Tínhamos, e temos, o hábito de arriscar nossas vidas, mas jornalistas raramente eram alvos deliberados. (...)  
Onde erramos? Suspeito que começou no Vietnã. Nas Guerras Mundiais, jornalistas usavam fardas. Mas eram países em conflito e repórteres de nações oficialmente em guerra. Com uniformes, recebiam tratamento pela Convenção de Genebra. Vestidos como civis, viravam espíões.  
[No Vietnã] os repórteres, com uniformes e também armas – atiravam nos inimigos da América – apesar de oficialmente os EUA não estarem em guerra, o que lhes permitiria trabalharem à paisana. No Vietnã, repórteres foram mortos por serem repórteres.

---

<sup>3</sup> Cf., respectivamente, [http://www.tvebrasil.com.br/observatorio/cme/080603\\_resumo\\_464.htm](http://www.tvebrasil.com.br/observatorio/cme/080603_resumo_464.htm) e [www.comunique-se.com.br](http://www.comunique-se.com.br), “OAB promove ato de repúdio à tortura de equipe de O Dia”, 6 de junho de 2008.

<sup>4</sup> O jornalista, que trabalhava para a TV Globo, fazia uma reportagem utilizando câmera oculta para documentar uma denúncia de exploração sexual de menores em bailes funk na Vila Cruzeiro, favela do chamado “Complexo do Alemão”, na Penha. Identificado por traficantes, foi capturado, torturado e morto em 2 de junho de 2002.



(...) Estamos ajudando a erodir o escudo de neutralidade e decência que nos salvava. Se não pararmos, como protestar quando outros colegas forem seqüestrados e acusados de serem espões? (FISK, 2002).

A comparação é útil porque estamos acostumados a utilizar a metáfora da “guerra” para falar dos graves conflitos urbanos no Rio de Janeiro. Embora falaciosa, é uma metáfora eloqüente, pois, se pensamos em guerra, pensamos em inimigos e numa forma bélica de combatê-los. As conseqüências da adoção dessa metáfora para a prática jornalística deveriam ser claras: se estamos em guerra, deveríamos considerar os cuidados que os jornalistas destacados para essa cobertura precisariam tomar. A começar pela identificação: pois, numa situação de guerra – como ocorreu no passado recente no Iraque –, o jornalista que não tem credencial assina sua sentença de morte. Em contrapartida, e com referência ao mesmo contexto, é só por estarem claramente identificados que os jornalistas podem protestar quando são atacados. Vale o mesmo exemplo do Iraque, quando um tanque americano repentinamente voltou seu canhão e disparou contra o hotel em que se concentravam jornalistas do mundo inteiro, em Bagdá, matando dois repórteres e ferindo outros. Da mesma forma, em tempo de guerra, a punição para um espão, de acordo com o Código Penal Militar, pode chegar à pena de morte.

Ao insistir em que “jornalista é jornalista”, Fritz terminava seu comentário com uma pequena exortação: “O debate está aberto”. Entretanto, esse debate jamais se realizou a sério. O resultado é que, seis anos depois, renovam-se os protestos no mesmo tom. Repete-se, inclusive, o contra-senso de se denunciar a violência sofrida como um atentado à liberdade de imprensa, como se um traficante ou um “miliciano” tivesse algum compromisso com esses valores. E reproduzem-se reações irrefletidas, como a do secretário-geral do Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro, que declarou: se esse pessoal da milícia é capaz de sequestrar e espancar repórteres de um jornal de grande circulação, o que não haverá de fazer com moradores anônimos?

O simples acompanhamento do noticiário cotidiano seria suficiente para oferecer a resposta. Pois o que “esse pessoal” faz já foi várias vezes documentado pela imprensa carioca. Bastaria recordar a série que *O Globo* publicou em agosto de 2007 sobre “os brasileiros que ainda vivem na ditadura”, toda ela feita – de acordo com o próprio jornal – pelo método tradicional, através de “mais de 200 entrevistas”. Independentemente de considerações acerca do enfoque adotado, que compara de maneira superficial e enganosa a repressão generalizada do período ditatorial e a situação de histórica



marginalização de pretos e pobres, a série explicita o terrível cotidiano de quem mora em áreas submetidas a uma lei particular e não escrita. Na segunda matéria da série, em 20/8/2007, o jornal anuncia, na capa: “Tráfico, milícia e polícia do Rio torturam nas favelas”, e logo em seguida entra nos detalhes sórdidos: “suplícios como espancamento, empalação, choques elétricos e queimaduras severas por plástico derretido são utilizados por traficantes, milicianos e policiais para impor suas leis a 1,5 milhão de pessoas que vivem nessas comunidades”. Na reportagem do dia 22, o título da chamada de capa é “pena de morte sem lei – favelas têm 7 vezes mais assassinatos”.

Portanto, se “a idéia da reportagem era mostrar como vivem as pessoas em um local onde um grupo clandestino tem lucro fantástico com a venda do gás de cozinha, do sinal pirata de TV a cabo e da segurança forçada, além do curral eleitoral”, a equipe de *O Dia* não teria muito a revelar: mudariam apenas os nomes – ou, no caso, as iniciais, ou os “nomes fictícios” – dos “personagens”. A novidade, ou o chamariz, seria o método: os repórteres infiltrados, que correm risco para mostrar “de dentro” a história.

### **O mito da “profissão perigo”**

É uma história antiga, porém: a prática de se disfarçar para penetrar em ambientes fechados, proibidos ou que oferecem, legitimamente ou não, alguma restrição de acesso remonta pelo menos às últimas décadas do século XIX, quando se estabeleceu a imprensa de massa e com ela a amplificação do apelo a relatos capazes de causar sensação a partir da “experiência vivida” do repórter que “aparece” – e faz seu jornal aparecer – como guardião dos fracos e oprimidos. Teríamos aí uma conjugação do conceito de “quarto poder” – a imprensa como representante da sociedade – com o ideal de objetividade, visto de uma forma muito particular, de acordo com a concepção de “empirismo ingênuo” (SCHUDSON, 2000), ou, como prefere MUHLMANN (2004, p. 24), “positivismo sensualista”, através do qual o repórter não “pensa”, mas “sente”: os sentidos (e não a razão) são o instrumento da verdade, e a verdade é algo que se “vê”. É uma concepção de verdade pré-iluminista, muito própria à mídia do “tempo real” e das transmissões ao vivo, embutindo a idéia de que “ver é compreender” (RAMONET, 1999). Muhlmann, porém, não faz esse tipo de questionamento, referindo-se com entusiasmo às experiências pioneiras de repórteres infiltrados em prisões ou sanatórios – por exemplo, a reportagem de Nellie Bly em 1887 para o *New York World*, de Pulitzer: “*contam-se* (isto é, vozes singulares dizem) coisas terríveis sobre asilo psiquiátrico para



mulheres de Blackwell Island, e houve de fato muitos editoriais em diversos jornais sobre esses rumores; já Nellie Bly vai lá para *ver*” (MUHLMANN, 2004, p. 15)<sup>5</sup>.

Bly, aliás, distinguiu-se por esse tipo de reportagem, posteriormente reunidas em livro: *Dez dias num manicômio* inclui os textos “Tentando ser uma empregada doméstica – minha estranha experiência em duas agências de emprego” e “Nellie Bly como escrava branca – sua experiência trabalhando no setor de embalagens numa loja de Nova Iorque”<sup>6</sup>. Na introdução ao livro, a repórter orgulha-se do resultado positivo de sua denúncia sobre as condições do manicômio, a partir da qual se ampliou exponencialmente a arrecadação de verba para o tratamento das internas: “Tenho pelo menos a satisfação de saber que essas pobres desafortunadas serão mais bem cuidadas devido ao meu trabalho” (BLY, s/d).

Desejo altruísta de denunciar injustiças, ambição de fama e fortuna, sedução pela exposição ao risco – as motivações podem ser várias e simultâneas, mas não é isso o que importa. Importa a legitimação dessa prática em função dos resultados – ou melhor, dos benefícios – sociais que ela pode gerar. É um incentivo a que o repórter se ofereça como agente capaz de substituir os representantes das instituições públicas, sobretudo se essas instituições são vistas como inoperantes ou corruptas. Porém, essa atraente hipótese esconde uma armadilha: afinal, o repórter não age isoladamente, por maiores que sejam as ilusões contemporâneas acerca do jornalista-cidadão *free-lancer* num mundo cada vez mais dominado pelas grandes corporações midiáticas<sup>7</sup>; ele faz parte da estrutura dessa grande corporação, que como tal defende interesses particulares.

Além disso, nunca é demais lembrar que o que legitima efetivamente a atividade jornalística é o seu papel social de mediação entre os fatos e o público: o repórter é aquele que se credencia a estar onde o público não pode estar, para obter e divulgar as informações de que esse público necessita. O problema é que esse papel de mediador é frequentemente interpretado como uma espécie de salvo-conduto universal, como se o crachá de “imprensa” conferisse *mesmo* a autorização de “trânsito livre” em qualquer circunstância: o jornalista seria de fato o “super-homem”, não apenas como metáfora do

---

<sup>5</sup> Desde então, reproduzem-se relatos contundentes baseados nesse tipo de experiência, e há repórteres que se especializam nessa área. O alemão Günter Wallraff é dos mais conhecidos internacionalmente, tendo publicado livros como *Fábrica de mentiras* (WALLRAFF, 1990), em que relata as entranhas do jornal sensacionalista Bild após ter conseguido empregar-se lá como editor por quatro meses, sob identidade falsa, e *Cabeça de turco* (WALLRAFF, 2004), em que se disfarça para denunciar a situação em que vivem esses imigrantes na Alemanha.

<sup>6</sup> Cf. *Ten Days in a Madhouse*, <http://digital.library.upenn.edu/women/bly/madhouse/madhouse.html>. Apenas a título de exemplo, EHRENREICH (2004) trilhou caminho semelhante na tentativa de vários empregos sub-remunerados, para expor a situação dos trabalhadores pobres “na pátria do consumo conspícuo”.

<sup>7</sup> Desenvolvi argumentos nesse sentido na parte final de minha tese (MORETZSOHN, 2007, p. 255ss).



herói dos quadrinhos, mas no sentido nietzscheano mesmo, em toda a sua potência. Nesse sentido, o comentário de Armando Nogueira, em antiga entrevista à *Playboy*<sup>8</sup>, é exemplar: “O jornalista é o único ser capaz de olhar com altivez por um buraco de fechadura. Quem está ali, bisbilhotando, é a sociedade inteira”.

Associe-se a isso a mística de “sacerdócio” que envolve a atividade, reiterada por tantos jornalistas em tão diferentes épocas, e teremos então, nos mais distintos níveis do imaginário social, os elementos essenciais para a configuração de uma profissão muito particular, que não poderia ser submetida a qualquer tipo de constrangimento. Na prática, isso significa que ora o jornalista se anuncia como tal – reiterando a conquista de uma legalidade que remonta ao tempo de consolidação do conceito de “quarto poder” –, ora se disfarça em qualquer outra identidade conveniente, afirmando-se assim como um profissional que não pode conhecer limites para atuar.

Deveria ser claro o absurdo dessa situação. Antes de mais nada, pelo que Schreiber (2008) reitera em recente estudo sobre a colisão de direitos fundamentais: em democracia, como é óbvio, não há direitos absolutos. Da mesma forma, Cavalcanti Filho (2005) desmonta a tese, muito disseminada nos dias de hoje, de associação automática entre democracia e informação (ou “transparência”), demonstrando que, pelo contrário, democracia é, frequentemente, não informar. Portanto, é possível e legítimo questionar a obstrução ao acesso à informação por interesses escusos ou pelo acumpliciamento entre criminosos e autoridades que deveriam zelar pelo cumprimento da lei, mas não é possível desrespeitar os limites que resguardam direitos fundamentais ao sigilo ou à privacidade. A propósito, é exemplar, até mesmo pelo seu caráter excepcional de autocrítica, o comentário da repórter Paula Máiran (in MORETZSOHN, 2007, p. 174), que certa vez se disfarçou de presidiária para contar “como era” a vida de uma presa famosa (Paula Thomaz, cúmplice de Guilherme de Pádua no assassinato da atriz Daniela Perez): “É uma questão ética muito forte. Eu não teria o direito de saber daquelas coisas como jornalista. As pessoas não contariam nem se comportariam como estavam se comportando”.

### **O testemunho como revelação da “verdade”**

Além dessas questões éticas, a tática da infiltração encerra um problema epistemológico para o jornalismo. O repórter disfarçado carrega consigo elementos que reforçam o mito do jornalismo como instrumento de revelação da “verdade”: a exposição da “vida como

---

<sup>8</sup> Revista *Playboy*, janeiro de 1988, p. 40.



ela é”, capaz de fornecer um “retrato sem retoques” da realidade – o que reitera a crença do senso comum na possibilidade de um conhecimento “direto”, “imediato” dos fatos, e conseqüentemente implica o apagamento do trabalho de mediação. Trata-se da força do testemunho do repórter, exatamente no sentido já citado do “empirismo ingênuo”, associado ao mandato que esse profissional recebe informalmente como representante da sociedade.

Retornemos então à experiência de pioneiros como Nellie Bly e verifiquemos o contexto: tratava-se de experiências contemporâneas ao surgimento das chamadas “ciências sociais”, cujos métodos se desenvolveram e se sofisticaram amplamente desde então. Por que, passado século e meio, com tantas pesquisas de alta qualidade sobre os mais variados aspectos da nossa realidade social, ainda valorizamos tanto os relatos baseados na “experiência vivida” do jornalista, como se sua sensibilidade bastasse e prescindisse de qualquer teoria?

O comentário do sociólogo Loïc Wacquant, em resposta à indagação sobre o sucesso, na França, do livro *Médecin-chef à la Santé*, escrito pela diretora do hospital, Véronique Vasseur – comparável, no Brasil, ao *Carandiru* do nosso Drauzio Varela –, fornece alguns elementos para reflexão:

No bochincho detonado pela narrativa de “cenas da vida comum” na Santé, que não surpreenderiam àqueles que já tiveram algum contato com a realidade do encarceramento, destaco antes de mais nada o fato de que nem os jornalistas nem as autoridades – que, a bem dizer, nunca debatem entre si – acharam de bom alvitre ler as pesquisas recentes em ciências sociais sobre o tema, embora existam excelentes, *baseadas em observações de campo acuradas e metódicas e não em impressões passageiras e pessoais*. É de se perguntar para que o Estado paga sociólogos. (...)

Para que nos preocupemos realmente com as condições de recepção e de vida dos detentos, não haveria necessidade de esperar pela publicação do diário da dra. Vasseur. Bastaria percorrer o estudo do Ministério da Justiça datado de 1997 – ou aqueles que o precederam de tanto em tanto, e que, curiosamente, a senhora ministra da Justiça pretendia ignorar totalmente – que destacava que um recluso em cada quatro em casas de detenção vive em condições “muito difíceis, quiçá alarmantes”, encerrado 22 horas por dia com mais dois, três, quatro, em menos de 9 metros quadrados. (WACQUANT, 2004, p. 142, destaque meu)

Não se pode tomar esse comentário como uma queixa de um intelectual ansioso pelos holofotes da mídia: a crítica às “impressões passageiras e pessoais” revela a simplificação corrente no trabalho jornalístico, seja na orientação das próprias reportagens, seja na valorização de testemunhos do mesmo tipo. O alto grau de comunicabilidade, necessário à prática do jornalismo em seu vínculo indispensável com



o cotidiano, freqüentemente se esgota na descrição de situações capazes de comover o público, sem alcançar um nível de argumentação que leve a questionar por que as coisas são como são. Além disso, diferentemente do que seria coerente com o exercício profissional, o comentário de Wacquant indica que o jornalismo não apenas não bebe na fonte da sociologia crítica como pretende substituir toda e qualquer sociologia.

Porém, na mesma entrevista, o sociólogo indica algumas razões de fundo para a compreensão desse procedimento:

Uma sociologia elementar da profissão mostra (...) que os jornalistas apreciam e celebram sobretudo aqueles que pensam como eles, de maneira jornalística, segundo as categorias do senso comum político e social do momento – não é uma carência individual, é uma coação estrutural que pesa sobre eles. Tudo aquilo que rompe o ronron dessa politologia flácida que lhes serve de instrumento de apreensão da sociedade tem todas as chances de ser percebido como uma agressão ou de simplesmente não ser percebido. (WACQUANT, 2004, p. 144-145).

Resta apontar um equívoco decorrente da valorização dessas “impressões passageiras e pessoais” da “experiência vivida”, exemplificado de maneira tão eloqüente pelo comentário entusiasmado do repórter José Hamilton Ribeiro sobre uma pauta sugerida pelo editor de texto da então nascente revista *Realidade*:

– Você vai ser preto por um mês.

A proposta dessa reportagem – eu me submeteria a um tratamento médico que me deixaria preto e, como preto, viveria normalmente durante um mês –, uma proposta entusiasmada e irrecusável, ia ser *uma das características da nova revista: matérias nascidas em grande criatividade e para serem “vivas” profunda e corajosamente*. E depois transcritas com toda “verdade” possível. Daí o nome: *Realidade*. (RIBEIRO, apud FARO, 1999, p. 99. Destaques no original).

A pauta acabou caindo porque, apesar das tentativas junto a um dermatologista da USP, o repórter não conseguiu ficar – muito menos, *ser* – preto nem por um dia. Porém tantas outras pautas de idêntica inspiração vêm sendo realizadas. Muitas delas ganham prêmio – como a série “Viver nas ruas de São Paulo”, com a qual Rebeca Kritsch, do *Estadão*, venceu o Esso de 1995 –, o que, por si, revela por si o padrão de qualidade adotado para o jornalismo, e por isso se reproduz: agora mesmo, em 27 de abril de 2008, o repórter Gustavo Fioratti, da Revista da *Folha*, passou quatro dias “na pele” de um catador de papelão.

Alguns exemplos recentes da *Folha* são ainda mais sugestivos: em 18 de maio de 2008, o caderno “Mais!” dedicou a quase integralidade de suas páginas ao relato “Por dentro da PM que mais mata e morre”, resultado da experiência do repórter Raphael Gomide,



que fez concurso e ingressou como recruta na corporação, a despeito de tantas pesquisas já realizadas sobre o tema e, se não bastasse, do próprio livro *Elite da tropa*, que serviu de base ao famoso filme de título invertido e que foi escrito com a colaboração de um ex-capitão do Bope; em 10 de março de 2008, André Caramante viajou para a Espanha sem se identificar como repórter para constatar a facilidade de se obter emprego ilegalmente no país – isso depois de o próprio jornal, menos de um mês antes (17 de fevereiro), ter publicado extensa reportagem do enviado especial Marcelo Ninio sobre a situação dos imigrantes ilegais no país, inclusive com os resultados da pesquisa de um geógrafo brasileiro, realizada durante um ano; e, em 16 de dezembro de 2007, o repórter fotográfico Antônio Gaudério relatou sua experiência travestido de boliviano (!) no trabalho clandestino em confecções de porão na capital paulista. A idéia da pauta teria surgido um mês antes, quando o repórter cobria “uma blitz de procuradores que flagrou bolivianos em condições degradantes”<sup>9</sup>. Uma breve pesquisa no arquivo do próprio jornal retiraria a novidade da “descoberta”: em 14 de fevereiro de 2003, “PF localizou 60 bolivianos, incluindo grávidas, que eram explorados em confecções; coreana foi presa” é o antetítulo da reportagem “Polícia descobre trabalho escravo no Brás”; e em 3 de dezembro de 2004 o mesmo jornal informa que “Bolivianos em SP são tema de reportagem”... no *New York Times*.

Esses exemplos sugerem algumas indicações relevantes quanto à forma de conhecimento que esse tipo de jornalismo pode produzir. Pois o recurso ao testemunho como fonte de verdade conduz a uma dupla mistificação: primeiro, pela ênfase na “experiência vivida” como algo auto-suficiente; segundo, porque o apelo a essa prática, obviamente sensacionalista – dados os elementos de excitação pelas “descobertas” de um “agente secreto” –, tende a ignorar a memória produzida pelo próprio jornal sobre os temas em pauta. É como se o conhecimento desse tipo de jornalismo se pautasse por uma eterna atualização, pretendendo apresentar fatos e situações antigas como a mais recente e espantosa novidade.

Em suma, a “experiência vivida” do repórter pode ser muito importante para ele mesmo, para aguçar sua sensibilidade através de um mergulho em diferentes realidades; ainda assim, seria preciso sempre alguma ressalva quanto à profundidade desse “laboratório”, pois, por mais que esteja imbuído de sua *persona* – isto é, por melhor que seja seu

---

<sup>9</sup> Cf. “Pauta surgiu após blitz contra o trabalho clandestino na cidade”, *Folha de S.Paulo*, 19 de fevereiro de 2008.



desempenho como ator –, ele sabe que retornará ao seu *status* original, o que, só por isso, já deveria pôr em causa o sentido de autenticidade do seu relato.

Além disso, há a questão crucial do *tempo* e da *finalidade*: o jornalismo trabalha *no e para o* cotidiano, ou seja, trabalha com os fatos “imediatos” do dia-a-dia e com o objetivo de comunicar “imediatamente” – ou no período mais breve possível – as informações a seu público. Por isso, não pode pretender substituir a pesquisa metódica e rigorosa produzida em outros campos do conhecimento, regidos por outra temporalidade, outros métodos e sem o compromisso de divulgação imediata: precisa, ao contrário, valer-se dessas fontes para cumprir sua promessa de oferecer aos cidadãos uma informação de qualidade, capaz de oferecer-lhes elementos para a compreensão e a crítica do mundo contemporâneo.

### Referências bibliográficas

BLY, N. **Ten Days in a Madhouse**. Nova Iorque: Ian L. Munro, Publisher, s/d. Disponível em <http://digital.library.upenn.edu/women/bly/madhouse/madhouse.html>.

CAVALCANTI FILHO, José Paulo. O drama da verdade (ou discurso sobre alguns mitos da comunicação), in **Observatório da Imprensa** n° 311, 11 de janeiro de 2005. Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=311CGL003>.

EHRENREICH, B. **Miséria à americana**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FARO, J.S. **Revista Realidade, 1966-1968**. Tempo de reportagem na imprensa brasileira. Canoas: Ulbra/AGE, 1999.

FISK, R. O repórter virou um soldado, in **Jornal do Brasil / The Independent**, 24 de fevereiro de 2002.

MORETZSOHN, S. **Pensando contra os fatos**. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007

MUHLMANN, G. **Une histoire politique du journalisme – XIX-XX siècle**. Paris : PUF, 2004.

RAMONET, I. **A tirania da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHUDSON, M. **The Power of News**. Londres: Harvard University Press, 2000.

SCHREIBER, S. **A publicidade opressiva de julgamentos criminais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

UTZERI, F. Os limites do jornalismo, in **Jornal do Brasil**, 5 de junho de 2002.

WACQUANT, L. **Punir os pobres**. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2004.

WALLRAFF, G. **Fábrica de mentiras**. São Paulo: Globo, 1990.

\_\_\_\_\_. **Cabeça de turco**. São Paulo: Globo, 2004.